**LER PARA CRER: O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UMA BIBLIOTECA PEDAGÓGICA**

**Read to believe: the process of constitution of a pedagogical library**

Mauro Castilho Gonçalves[[1]](#footnote-2)

**RESUMO**

A pesquisa examinou a constituição de uma biblioteca que pertenceu a uma antiga Escola Normal pública, localizada na cidade de Taubaté, estado de São Paulo. Denominava-se “Colégio Estadual e Escola Normal Monteiro Lobato”. Do ponto de vista geral, e a partir da constituição empírica do material, procurou-se verificar as relações entre o acervo bibliográfico e o debate legislativo, acadêmico e político em torno da temática “formação de normalistas” no período estudado. Procedeu-se à quantificação do material existente e à elaboração de percentuais correspondentes, considerando as categorias previamente selecionadas, para indicar e examinar as principais incidências e tendências teóricas, pedagógicas e políticas do acervo e suas relações com o momento histórico.

**Palavras-chave**: Cidade. Escola Normal. Biblioteca Pedagógica.

**ABSTRACT**

The research examined the formation of a library that belonged to an old public Normal school, located in Taubaté, São Paulo, the “State College and Normal School Monteiro Lobato”. From a general point of view, and based in the empirical constitution of the material, we sought to examine relations between the bibliographical content of the library and the legislative, academic and political debate focusing in the subject “training of the normalists” in the studied period (between 1930 and 1960 aproximatively). We proceeded to the quantification of the material and the development of the corresponding percentages, considering the categories previously selected in order to indicate and examine key implications and theoretical trends, educational and collection policies and their relationship to the historical moment.

**Keywords**: City. Normal school. Pedagogical Library.

**INTRODUÇÃO**

Em abril de 1960, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação de São Paulo, por intermédio de sua Diretoria Geral, publicou uma nova legislação do Ensino Normal. Na exposição de motivos, encaminhada ao governador Jânio Quadros, o então secretário de Estado Vicente de Paula Lima apresentou a justificativa da reforma. Discorreu sobre os principais problemas que afetavam o segmento da formação de professores primários. Segundo o secretário, estava em curso um “relaxamento da formação profissional do professor normalista” em razão, principalmente, da multiplicação do número de instituições públicas e particulares e da abertura das “vias de acesso” ao Ensino Normal. O secretário, no documento, criticou a extinção da exigência de notas mínimas nas matérias pedagógicas, que, segundo ele, comprometia a formação técnica do professor.

Entre as inovações propostas pela minuta, o secretário destacou: instituição de exames vestibulares para o ingresso no Ensino Normal; equiparação de conteúdos das escolas normais aos Institutos de Educação; introdução na grade curricular da disciplina Educação Social e Cívica; obrigatoriedade do Português em todas as séries do Normal; fixação de uma nota mínima às matérias pedagógicas; maior critério na fiscalização das instituições municipais e particulares.

A referida exposição de motivos e a legislação posterior sobre a matéria dinamizaram o debate sobre o tema nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil, particularmente em São Paulo. Em 1956, por exemplo, na cidade de Ribeirão Preto, foi realizado um congresso estadual sobre o ensino primário, presidido por Almeida Junior. O Ensino Normal foi um dos temas escolhidos pelas comissões diretora e executiva do evento. Uma questão central mobilizou os debatedores: “quais mudanças deveriam sofrer as escolas normais para o aprimoramento da qualidade do professor paulista?” Havia, à época, por parte de parcelas da intelectualidade envolvida com o tema da problemática educacional, especialmente os grupos mobilizados em torno da questão da escola pública, uma preocupação em elevar o nível de qualidade da formação dos normalistas. A discussão passava pela crítica aos setores mais conservadores, como aqueles ligados à Igreja Católica.

A partir do exposto, e considerando a fertilidade política, cultural e educacional da década de 1950 no Brasil, optou-se em examinar a constituição de uma biblioteca que pertenceu a uma antiga Escola Normal pública, localizada na cidade de Taubaté, estado de São Paulo. Denominava-se “Colégio Estadual e Escola Normal Monteiro Lobato”, conhecida como “Estadão”.

Instituída, inicialmente, na condição de Escola Normal Municipal (1929), no dia 24 de outubro de 1945, o então interventor federal, nomeado por Getúlio Vargas, Fernando de Sousa Costa assinou o decreto que transferiu a responsabilidade administrativa do estabelecimento ao governo do Estado de São Paulo.[[2]](#footnote-3) Após a morte de Monteiro Lobato (julho de 1948), professores da escola articularam um movimento para homenagear o referido escritor, nascido em Taubaté, conferindo-lhe o título de patrono da instituição. A nova sede da escola, inaugurada no início dos anos de 1950, passou a ser denominada Colégio e Escola Normal Monteiro Lobato. Foi construída numa região afastada do centro, mas promissora, à época, do ponto de vista da especulação imobiliária, pois a partir da instalação do colégio houve uma significativa expansão da cidade naquela região.

Posto isso, são necessárias, ainda, algumas informações históricas relativas às transformações verificadas na cidade de Taubaté entre as décadas de 1930 e 1960 – período de destaque nas publicações da biblioteca –, para contextualizar essa instituição formadora de normalistas no âmbito das condições objetivas do espaço urbano em tela.

Da perspectiva de uma recente história do Vale do Paraíba paulista, entre as décadas de 1930 e 1960, Taubaté foi o município cuja população urbana mais cresceu: em 1934, possuía uma população de 21.840; em 1940, 27.548; em 1950, 35.149; em 1960, 64.863 e, por fim, 1964, 72.845. Inserida numa região promissora, a cidade lograva reconhecimento nacional. Müller (1969) aponta alguns fatores que podem explicar esse fenômeno: a posição geográfica do Vale do Paraíba, situada no eixo Rio-São Paulo, a Companhia Siderúrgica Nacional, localizada em Volta Redonda, a comunicação privilegiada com Minas Gerais, a abertura da Rodovia Presidente Dutra, a existência de mão de obra abundante e barata, facilidades na obtenção de energia elétrica e benefício de isenção de impostos. Todos os fatores citados, segundo essa autora, possibilitaram a emergência de um parque industrial metalúrgico, mecânico e químico na região. No período, a variação da população urbana em Taubaté no período de 20 anos (1940-1960) foi de 135%.

Dados da Contadoria e Lançadoria Geral da cidade, de 1956, mostravam que a arrecadação de impostos de indústria e profissões atingia um número relativamente elevado. Na 37ª sessão ordinária do legislativo municipal do mesmo ano, foram apresentados os balancetes da arrecadação: indústrias diversas, 65; comércio, 1.080; bares, 8; hotéis e pensões, 31; médicos, 33; advogados, 22; dentistas, 32; engenheiros e empreiteiros, 22; farmácias, 27; cinemas, 6; e diversos, 338. O fato mais significativo dessa década foi, sem dúvida, a chegada da Mecânica Pesada S/A. O legislativo sugeriu a decretação de feriado municipal para que a cidade recebesse, em festa, a presença do presidente da República Juscelino Kubitschek e do governador do estado Jânio Quadros.

Mesmo com algum avanço industrial e urbano, a cidade conviveu com as resistências à modernização. Vale frisar, na esteira de Padilha (2001), que a ideia de modernidade não pode ser encarada monoliticamente. Em disputa estavam diferentes projetos: de um lado, a noção do progresso científico; do outro, uma perspectiva baseada no maquinismo e na tecnologia. Além disso, a modernidade encarada como estilo de vida metropolitano forjava hábitos de consumo e lazer e, ao mesmo tempo, o ideal de uma ordem social patrocinada pelo trabalho.

Num ambiente de disputa pela hegemonia no Vale do Paraíba paulista, alguns sujeitos políticos argumentavam que a liderança da cidade não residia no fato de receber indústrias, mas pela razão de guardar em si um conjunto de tradições que remontavam ao período do bandeirismo. Uma nota de uma emissora de rádio, dirigida ao legislativo municipal, em 1960, expôs as contradições sociológicas e culturais expressas nas condições objetivas da urbe: a defesa explícita da modernização industrial aliada à condição pioneira do bandeirismo.

O pulsar da cidade em ritmo industrial e urbano, lógica da moderna acumulação, serviu de palco para revelar as inúmeras mazelas provocadas por essa expansão. A cidade, em crescimento, explicitava mazelas sociais, preocupação que mobilizou os setores hegemônicos na busca de possíveis soluções para os inevitáveis embates. A escolarização, a industrialização, o controle do lazer e a expansão da atuação católica nas periferias seriam os possíveis remédios para os “males das ruas”. Assim pensavam parcelas da elite letrada defensora das tradições, mas que, paradoxalmente, agia em defesa da modernização capitalista para configurar e conformar o espaço urbano por meio de políticas planejadas.

Diante da emergência de um novo “rosto urbano” que se configura, parece-nos relevante e adequado abordar a cidade como categoria analítica, a partir dos estudos desenvolvidos por Rolnik (1997), Lefebvre (1999), Fenelon (1999) e Matos (2002), que questionam a clássica interpretação historiográfica que considerou a cidade como “palco da história”, omitindo evidências e escamoteando os sujeitos.

Matos (2002), mais especificamente, propõe a cidade como questão desafiadora para o historiador. Para ela, essa categoria deve ser apresentada e analisada como *questão, memória* e *documento*.

Como *questão*, pois

A maior parte dos estudos sobre o cotidiano urbano reproduz sem muita crítica o discurso característico das fontes oficiais – logo, públicas – e mostra-se indicativa mais de um “dever ser” do que um “ser”, ao apresentar modelos e planos, procurando corrigir e estigmatizar as experiências urbanas [...] Pensar a noção de urbano e os adjetivos sobre a cidade como categorias instáveis permite recuperar a historicidade da cidade tornando-a questão e objeto de análise. (MATOS, 2002, p. 8)

Como*memória,* pois

Na realidade, a cidade é múltipla [...] delineiam cenários em constante movimento [...] Em sua transformação, a cidade tanto pode ser registro como agente histórico. Nesse sentido, destaca-se a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, no qual a rua, a praça, a praia, o bairro e os percursos estão plenos de lembrança, experiências e memórias. (MATOS, 2002, p. 9)

Como *documento*, pois

A paisagem urbana vai-se impondo como um documento a ser lido, como um texto a ser decifrado. Cabe ao investigador entender esse emaranhado de tempos-espaços e memórias, recuperar as camadas e as relações entre elas, decifrar seus *enigmas*, numa arqueologia social [...] Novos corpos documentais são valorizados e através dos olhos dos contemporâneos ajudam a desvendar as cidades que não existem mais. (MATOS, 2002, p. 10)

Choay (1999), no estudo intitulado *O reino do urbano e a morte da cidade*, nos convida a refletir sobre as diferenciações semânticas, simbólicas e reais entre o urbano e a cidade. Urbanização seria sinônimo de produção de cidade? Com essa questão inicial, Choay delineia sua defesa em torno da tese segundo a qual o fenômeno urbano decretou a morte da cidade. Para os antigos romanos *urbs* (território físico da cidade) e *civitas* (comunidade de cidadãos que a habitam) eram realidades indissociáveis. Segundo Choay:

A dinâmica de redes técnicas tende a ser substituída assim como a estética dos locais construídos para condicionar mentalidades e comportamentos urbanos [...] Este sistema operatório, válido e possível de ser desenvolvido em quaisquer lugares, tanto na cidade quanto no campo, nos vilarejos ou nas periferias, pode ser chamado O URBANO. O advento do urbano desfaz a antiga solidariedade entre *urbs* e *civitas*. (CHOAY, 1999, p. 84 grifo do autor)

Desfazendo a antiga solidariedade, o urbano consolida sua hegemonia definindo espaços territoriais e comportamentos humanos. Resgatar a história da cidade, problematizando a questão do urbano, transforma-se numa tarefa do ofício de historiar. Segundo Rezende (1999),

A história de uma cidade não se esgota, porém ao se aproximar de sua memória, aquele que a vive pode iludir-se com a possibilidade de retê-la na sua totalidade. Por isso, o trabalho do historiador tem uma dimensão decifradora, na medida em que consegue criar diálogos entre os tempos históricos. (REZENDE, 1999, p. 163)

A decifração das relações antagônicas e convergentes presentes na *civitas* nos faz pensar na tensão entre a tradição e a modernidade. Ambas convergem e divergem numa fértil dialética, obrigando o historiador a debruçar-se na elucidação dos enigmas e pontos obscuros. Sem a problematização, o passado, segundo Rezende (1999)

torna-se um imenso espelho que nos impede de fazer uma sinfonia dos tempos, portanto cancelando os sonhos, aumentando, cada vez mais, o território do medo [...] Basta se desfazer do olhar fixo, para sentir que, nas cidades, os espelhos são quebrados, sem grandes obstáculos, e as ruínas possuem significados, mas a complexidade dos labirintos do presente é que paralisa os sujeitos históricos. Querer reduzi-los à mesmice da sociedade de massas ou lançá-los para o futuro sem que conheçam suas tradições, é fazer com que a cidade deixe de ser um cenário e passe a ser uma prisão ou tristemente a cidade dos homens sem tempo. (REZENDE, 1999, p. 164)

A territorialização do espaço urbano, à luz da lógica do capital, foi discutida por Marx e Engels em *A ideologia alemã*, no capítulo intitulado *As grandes cidades,* citado por Lefebvre (1999). Tal perspectiva possibilita-nos compreender uma outra dimensão do problema: as mazelas do urbano não podem ser naturalizadas. Ao contrário, faz-se necessário historiá-las, objetivando detectar sua lógica material.

Na parte de seu livro intitulada “As grandes cidades”, Engels descobre a realidade urbana em todo o seu horror. No entanto, jamais essa realidade se identifica para ele como uma simples desordem, ainda menos com o mal, como uma doença da “sociedade”, como em muitos textos literários e científicos até a nossa época. Londres, Manchester, outras aglomerações inglesas, Engels as toma como os efeitos de causas e razões a conhecer, portanto, a controlar (primeiro pelo conhecimento, em seguida pela ação revolucionária). [...] Sem tomar qualquer posição depreciativa, Engels coloca em plena luz os fortes contrastes da realidade urbana, a riqueza e a pobreza justapostas, o esplendor e o horror (a indignidade e a pobreza recebendo dessa vizinhança um colorido intenso e patético). (LEFEBVRE, 1999, p.13-14)

Pode-se apreender das concepções arroladas anteriormente que o fenômeno urbano, provocado particularmente pela industrialização acentuada, e que atingiu uma soma considerável de municípios brasileiros durante a década de 1950, provocou uma reconfiguração dos espaços e uma alteração substancial nas relações humanas.

Na linha dos estudos sobre o êxodo rural, com destaque às pesquisas de Antonio Cândido, particularmente sua obra *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, enfatiza-se que o fenômeno da urbanização, aliado ao intenso processo de consolidação da indústria como *modus vivendi*, provocou uma alteração profunda no ciclo existencial de grupos sociais variados. Em outras palavras, a indústria, em sua acepção alargada, transformou-se em *ethos* definidor de paradigmas de pensamento e conduta.

Esse, resumidamente, foi o cenário em que a Escola Normal pública, objeto da presente investigação, organizou-se e institucionalizou-se, formando diversas gerações de normalistas. Sua biblioteca, aqui denominada “pedagógica”, possui uma história constituída num processo dinâmico de configuração e conformação de interesses políticos e educacionais.

Os sujeitos responsáveis por sua organização, certamente imbuídos do “clima da época”, não deixaram de considerar as novidades inerentes aos debates relativos à formação de normalistas, desde as concepções mais gerais até a preocupação com a melhor forma de ensinar. Mas isso, a nosso ver, não foi a única motivação que mobilizou os especialistas na indicação e na organização dos livros.

Componentes exógenos exerceram influência no processo, tais como: hegemonia de determinadas editoras, modelos pedagógicos estrangeiros, status acadêmico de determinados intelectuais, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que, desde fins dos anos de 1930, exerceu decisiva influência na formatação de políticas voltadas ao campo da formação de professores primários, sem contar a atuação pontual e científica dos centros de pesquisa criados na década de 1950 em determinados estados brasileiros, com destaque ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo central da presente pesquisa foi estabelecer e examinar as possíveis relações entre os aspectos denominados endógenos com as implicações exógenas presentes no acervo.

As décadas de 50 e 60 do século passado foram decisivas quanto às discussões em torno do curso normal, particularmente em São Paulo, pois essa modalidade de ensino estava passando por processo de revisão curricular, como exposto anteriormente. A questão do ensino primário no Brasil apresentava-se como pauta prioritária. Diferentes segmentos da sociedade brasileira, principalmente os pensadores que se voltaram à temática educacional, produziram estudos sobre a questão desse segmento de ensino.

Ressalta-se que a questão educacional transformou-se em bandeira de variados grupos políticos. O assunto transformou-se em teses acadêmicas e institutos de pesquisa foram inaugurados nessa conjuntura.Parcerias com organismos internacionais, particularmente com a Unesco, foram assinadas pelo Governo Federal e por alguns Estados da Federação. Acordos entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID) foram efetuados e consolidados anos depois, durante a ditadura militar, para o desenvolvimento de projetos nos diferentes âmbitos do ensino, incluindo o elementar.[[3]](#footnote-4)

Além disso, como afirmado, a legislação sobre o ensino normal no estado de São Paulo sofreu uma revisão. Foi atualizada para atender à nova demanda em emergência no estado. A Secretaria de Estado dos Negócios da Educação elaborou a reforma da legislação, oficializada em abril de 1960. As autoridades do ensino no estado apresentavam preocupação com a qualidade oferecida pelas escolas normais e exigiam reformas profundas nesse nível de ensino. Propunham uma revisão no processo seletivo das normalistas, bem como o retorno das chamadas “notas mínimas” nas disciplinas do campo pedagógico.

Salienta-se, por fim, que as informações apontadas anteriormente serviram de base para o exame da “Biblioteca Pedagógica do Estadão”, organizada na antiga Escola Normal Monteiro Lobato.

**OBJETIVOS DA PESQUISA**

A pesquisa pautou-se por dois objetivos, um de caráter geral, outro mais específico. Do ponto de vista geral, e a partir da constituição empírica do material, procurou-se verificar as relações entre o acervo bibliográfico e o debate legislativo, acadêmico e político em torno da temática “formação de normalistas” no período estudado. Especificamente, três objetivos foram traçados: quantificar o material existente e elaborar os percentuais, considerando as categorias previamente selecionadas; indicar as principais incidências e tendências teóricas, pedagógicas e políticas do acervo e, por fim, analisar o conteúdo, cotejando-o com as discussões e a realidade educacional do momento histórico.

**ÂMBITO CRONOLÓGICO**

O acervo bibliográfico examinado é constituído por obras lançadas por editoras nacionais e estrangeiras em diferentes fases da história republicana brasileira, com uma incidência importante nas décadas de 1930, 1950 e 1960, como mostra a FIG. 1.

FIGURA 1



Considerou-se, portanto, as implicações relativas a um período concentrado desde a emergência do governo Vargas (1930) até a fase imediatamente posterior ao golpe militar (1964).

**METODOLOGIA**

O acervo de livros estava sob a guarda da instituição, atualmente denominada Escola Estadual Monteiro Lobato. Em 2002, o conjunto bibliográfico foi transferido, por doação, ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade de Taubaté. Vale ressaltar que os livros estavam alocados numa área isolada da biblioteca da escola, espaço denominado “obras raras”.

Para o direcionamento da pesquisa foram formuladas as seguintes problematizações: como a formação geral e o aprimoramento técnico estão expressos no conjunto bibliográfico? Qual o modelo de normalista os docentes daquela instituição pretenderam formar? Quais possíveis relações entre incidências temáticas e o debate político-pedagógico evidenciado no período?

Partindo do questionamento apresentado pelos congressistas reunidos na cidade de Ribeirão Preto em 1956 que, em última instância, revelava o “clima da época”, o exame do acervo pautou-se menos pela caracterização de sua “materialidade” do que pelo entendimento das relações entre as condições objetivas que marcaram a formação de normalistas no período estudado e o debate travado nas diferentes esferas educacionais, incluindo a própria instituição em tela, por meio da ação dos seus protagonistas, especialmente o corpo docente, em tese responsável pela indicação dos livros.

No que se refere aos procedimentos de análise, considerou-se o conjunto bibliográfico da perspectiva “documento/monumento” (LE GOFF, 2003), por se tratar de um acervo constituído a partir de determinadas concepções e intencionalidades inerentes ao âmbito institucional, com reflexos no espaço urbano, em ritmo acelerado de transformação, como atestaram, por exemplo, alguns jornais que circularam na região entre as décadas de 1930 e 1950.

O pressuposto acima, pautado em Williams (1992), distingue dois tipos de consciência: a clareza da relação dialética entre o específico e o complexo presente em inúmeros casos e o cuidado em evitar os julgamentos de ordem geral, sendo que os problemas e seus significados são implícitos às condições reais, caracteristicamente diversas e variáveis – cultura e sociedade consideradas articuladamente como componentes intrínsecos às condições objetivas presentes nas relações estabelecidas pelos sujeitos e grupos sociais.

O entendimento manifesto diz respeito à defesa da ação humana em sua acepção mais complexa, na elaboração dos projetos institucionais gerados no e pelo processo histórico. Para o teórico inglês, duas categorias nodais explicam a institucionalização do que ele denomina “formações” e que estão em coexistência permanente: a tradição e a educação, considerando as “distâncias variáveis entre práticas”. Tradição e educação, portanto, podem servir, segundo a acepção de Williams (2007), como “palavras-chave” dentro de um vocabulário de cultura e sociedade, componentes inerentes à constituição histórica das instituições educativas, “estudando tanto os significados específicos quanto os relacionais em diferentes falantes e escritores reais, no tempo histórico e através dele” (WILLIAMS, 2007, p. 41).

Além do exposto, vale ressaltar que o tratamento dado ao objeto da presente pesquisa procurou seguir o que Novaes e Silva (2011), citando o historiador Arnaldo Momigliano, discorrem sobre o trabalho do historiador, a saber: um interesse por fatos do passado, o prazer em localizar novos fatos sobre o passado dos homens, a clareza dos limites impostos pela substância do passado e, por fim, explicar e avaliar os eventos pretéritos.

Portanto, a biblioteca foi examinada a partir da articulação entre as “esferas da existência” (econômica, social, política, cultural etc.) e os níveis da realidade (estrutura, conjuntura e acontecimento), categorias sugeridas por Novaes e Silva (2011), procedimento que explica, por exemplo, a incursão da pesquisa em fontes conexas que evidenciassem, como afirmado, o “clima da época”, pois “nenhum acontecimento pertence exclusivamente a uma esfera da existência, envolvendo sempre todas elas; afinal, o singular é sempre total” (NOVAES; SILVA, 2011, p. 40).

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a pesquisa, numa primeira fase, mapeou tematicamente os 199 títulos relacionados à área da Educação, privilegiando temas e conteúdos vinculados à formação de normalistas.

A Biblioteca foi organizada em dez subáreas, objetivando uma melhor compreensão de sua constituição e estrutura. São elas: Dicionários (3), Administração Escolar (6), Didática e Metodologia de Ensino (29), Filosofia da Educação (54), História da Educação (12), Psicologia da Educação (56), Sociologia da Educação (24), Orientação Educacional (2), Ensino Religioso (2) e Educação e Higiene (11).

A FIG. 2 e a FIG. 3 são ilustrativas do que se pretende demonstrar.

FIGURA 2



FIGURA 3



O passo seguinte à organização temática da biblioteca foi a produção de um ementário das obras, incluindo a incidência de autores e editoras nacionais estrangeiras. A FIG. 4 e a FIG. 5 representam graficamente o levantamento realizado.

FIGURA 4



FIGURA 5



**RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quantificar e estabelecer nexos entre o conjunto bibliográfico sugerido e as implicações objetivas não foi tarefa das mais fáceis. Exigia-se o mapeamento e análise de fontes conexas, muitas vezes de difícil localização. Diante disso, optou-se, numa primeira fase, considerar a biblioteca da forma em que foi localizada no interior da instituição. Num segundo momento, outras fontes documentais foram rastreadas, especialmente a imprensa local. Procurou-se, em síntese, a partir do levantamento de algumas das especificidades do acervo e de informações coletadas no entorno do objeto, rastrear características, incidências, temas e relações.

Os resultados indicaram uma importante incidência de títulos nas subáreas Psicologia da Educação (56) e Filosofia da Educação (54), seguidas por Didática e Metodologia de Ensino (29), concentradas especialmente nas décadas de 1940-1960, período no qual o debate sobre a formação dos normalistas cresceu no País, particularmente na região sudeste, *lócus* de renomados centros de estudos e pesquisas, notadamente o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE-SP), aglutinadoras de parcelas das elites pensantes das Ciências Humanas e Sociais.

Os livros da subárea Educação e Higiene foram publicados, basicamente, nas décadas de 1930 e 1940, momento forte das discussões entre educação e saúde no Brasil. Um elemento adicional aos livros relacionados diz respeito à subárea Administração Escolar, cuja incidência concentra-se na década de 1970, fase da ditadura militar e da revisão curricular dos cursos de formação de professores.

Dos 130 autores nacionais, três se destacam na quantidade de obras: Afro do Amaral Fontoura, Fernando de Azevedo e Everardo Backheuser, o que indica uma oscilação entre a formação teórica e metodológica do normalista e o embasamento nas concepções da educação católica, expressas, principalmente, na figura de Backheuser e nas informações colhidas em fontes primárias conexas, especialmente a imprensa local, que apontam a forte influência da hierarquia e do laicato católicos na condução das escolas locais, inclusive as públicas.

Autores estrangeiros aparecem com maior ênfase na subárea Psicologia da Educação, assinando um total de 32 das 56 obras. Filosofia da Educação equilibra a participação de autores nacionais e estrangeiros: dos 54 títulos, 30 são obras de autores nacionais e 24 de estrangeiros. Editoras nacionais estão presentes em maior número no acervo (186), em detrimento às estrangeiras (13). Das brasileiras, destaca-se a Companhia Editora Nacional com 54 publicações, editora com forte presença no mercado de livros nacionais naquele momento, com publicações nas áreas das Ciências Humanas e Sociais.

Destaca-se, no período estudado, a forte presença da militância católica nas instituições públicas e privadas de ensino da cidade, exercendo a direção e a docência, além da participação de professores em órgãos paralelos à escola, como associações do professorado católico, que atuavam, principalmente, em defesa do ensino religioso.

Com base nas informações elencadas, pode-se afirmar que a subárea Psicologia da Educação, hegemônica no conjunto do acervo, serviu de base para o enfrentamento das questões relativas à formação de professores nas décadas de 1950 e 1960, pelo menos na instituição objeto da presente análise. Vale ainda ressaltar que, nesse campo, a Biblioteca evidencia uma importante presença de publicações estrangeiras, indicativo da atualização teórica dos responsáveis pela aquisição e circulação dos livros, além da influência exercida, à época, pelas teorias e métodos oriundos de outras nações.

Em conclusão, constatam-se nexos entre a constituição da “Biblioteca Pedagógica do Estadão” (assim denominada na pesquisa), o debate sobre a formação dos normalistas e a emergência de um *ethos* que passou a exigir novas determinações aos sujeitos responsáveis pelo debate e pela viabilização de novas práticas no campo da preparação teórica e técnica do professorado primário no interior de uma sociedade em dinâmica transformação.

**REFERÊNCIAS**

ARAPIRACA, J. O. *A Usaid e a educação brasileira*: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

CHOAY, Francoise. O reino do urbano e a morte da cidade. Trad. Eveline B. Kavakama. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da Pontifícia Universidade católica de São Paulo, n. 18, p. 67-89, maio/99.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades.* São Paulo: Olho d’água, 1999.

GOERTZEL, T. MEC-USAID: ideologia de desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, ano III, n. 14, p. 123-137, jul. 1967.

LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEFEBVRE. Henri. *A cidade do capital.* Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MATTOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura*. História, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MÜLLER, N. L. O fato urbano na bacia do Rio Paraíba. São Paulo*. Biblioteca Geográfica Brasileira*. Publicação n. 23. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

NOVAES, F. A.; SILVA, R. F. da. Nova História em perspectiva São Paulo: Cosac Naify, 2011.

REZENDE, Antonio Paulo. O recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo*.* *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 18, p. 155-166, maio/99.

RONILK, Raquel. *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*.* 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. *Legislação do Ensino Normal no Estado de São Paulo*. Diretoria Geral. Divisão de Relações Públicas. Publicações Avulsas, 1960.

PADILHA, M. *A cidade como espetáculo*. Publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*.* São Paulo: Annablume, 2001.

WILLIAMS, R. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

1. Doutor em Educação pela PUC-SP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor de História da Educação da Universidade de Taubaté, SP, onde coordena o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. É vinculado a dois Grupos de Pesquisa: História das instituições e dos intelectuais da educação no Brasil (PUC-SP) e Intelectuais da educação brasileira: formação, ideias e ações (USP). [↑](#footnote-ref-2)
2. Informações coletadas do *Álbum Comemorativo do tri-centenário de Taubaté.* Álbum Taubateano – 1945. Empresa de Eletricidade São Paulo e Rio S.A., p. 81. [↑](#footnote-ref-3)
3. Informações detalhadas sobre os acordos MEC-USAID, consultar Goertzel (1967) e Arapiraca (1982). [↑](#footnote-ref-4)